



07 DE FEVEREIRO DE 2018

Quarta-feira

- DEMANDA INTERNA POR BENS INDUSTRIAIS AVANÇOU 2,4% EM DEZEMBRO, DIZ IPEA
- EMPRESAS BRASILEIRAS CAPTAM US\$ 8,4 BILHÕES EM JANEIRO
- ENTRE LÍDERES, GM FOI A MONTADORA QUE TEVE O MAIOR AUMENTO NA PRODUÇÃO EM 2017
- MEIRELLES DIZ QUE MERCADOS JÁ VOLTARAM AO NORMAL, APÓS VOLATILIDADE
- QUEDA DO MERCADO NÃO DEVE TER GRANDE IMPACTO NO BRASIL, DIZ MEIRELLES
- SEM INCENTIVO, MONTADORAS REVEEM PLANOS
- CAMINHÕES PUXAM ALTA DE 24,6% NA PRODUÇÃO DE VEÍCULOS EM JANEIRO
- PETROBRAS ANUNCIA QUEDA DE 1,50% NO PREÇO DA GASOLINA E RECUO DE 0,70% NO DIESEL
- 'CRIAÇÃO DE FUNDOS PARA SERVIDORES NÃO SUBSTITUI REFORMA'
- TST ADIA DECISÃO SOBRE IMPACTO DA REFORMA PARA CONTRATOS ANTIGOS
- 'NÃO ACHO QUE ARTIGO 702 DA CLT É INCONSTITUCIONAL', DIZ IVES GANDRA
- SALÁRIO MÍNIMO EM JANEIRO DEVERIA SER DE R\$ 3.752,65, APONTA DIEESE
- CURITIBA TEM A OITAVA CESTA BÁSICA MAIS CARA DO PAÍS, APONTA DIEESE
- RELATOR ENTREGA NOVO TEXTO DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA E CONFIRMA MUDANÇAS
- TEMER QUE PAUTAR REFORMA PREVIDÊNCIA COM A CERTEZA DA VITÓRIA
- LÍDER DO GOVERNO DIZ QUE SERIA 'DESASTRE' TENTAR REFORMA SEM TER OS VOTOS
- OPOSIÇÃO ANUNCIA OBSTRUÇÃO NA VOTAÇÃO DA REFORMA E PROTESTOS NO DIA 19
- FORÇA SINDICAL DIZ QUE MAIA CONTINUA DEFENDENDO VOTAÇÃO DA REFORMA NO DIA 19
- ARTIGO: REFORMISTA
- LÍDER DO DEM SUGERE QUE GOVERNO RETIRE REFORMA SE NÃO TIVER OS VOTOS

- TEMER DIZ QUE PRETENDE PAUTAR OITO OU DEZ TEMAS NO CONGRESSO APÓS PREVIDÊNCIA
- ARTIGO: JURO SUBIRÁ LÁ FORA, E POLÍTICOS NÃO SABEM O TAMANHO DA ENCRENCA
- COPOM DECIDE SE REDUZ TAXA BÁSICA DE JUROS AO MENOR NÍVEL DA HISTÓRIA
- MERCADOS ACIONÁRIOS GLOBAIS SE RECUPERAM DE MÍNIMAS DE 2 MESES, MAS NERVOSISMO PERMANECE
- KAPLAN, DO FED, DIZ QUE VOLATILIDADE NO MERCADO PODE SER SAUDÁVEL
- CHINESA QUER EXPANDIR NEGÓCIOS EM ENERGIA E PREVÊ FÁBRICA NO BRASIL
- FALTA D'ÁGUA DEVE AFETAR UM TERÇO DE PEQUENOS NEGÓCIOS
- SUSTO NAS BOLSAS É ALERTA PARA O BRASIL, DIZEM ANALISTAS
- INDÚSTRIA AUTOMOTIVA: ANFAVEA DIVULGA PRIMEIROS RESULTADOS DE 2018
- ROBÔS FAZEM 50% DAS OPERAÇÕES DE MERCADO NOS EUA
- ANFAVEA VAI REVER PROJEÇÃO DE VENDAS PARA MÁQUINAS AGRÍCOLAS
- EXPORTAÇÃO DE VEÍCULOS TEM O MELHOR JANEIRO DA HISTÓRIA
- JANEIRO COMPROVA RECUPERAÇÃO DAS VENDAS DE VEÍCULOS
- MINISTRO APONTA CARTEL EM CORPORações DO SETOR DE COMBUSTÍVEIS
- PLENÁRIO DO CADE APROVA POR MAIORIA ACORDO ENTRE VOTORANTIM SIDERURGIA E ARCELORMITTAL

CÂMBIO		
EM 07/02/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,242	3,242
Euro	4,001	4,002

Fonte: BACEN

Demanda interna por bens industriais avançou 2,4% em dezembro, diz Ipea

07/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

A demanda interna por bens industriais voltou a crescer no País no último mês de 2017, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O Indicador Ipea Mensal de Consumo Aparente (CA) de Bens Industriais avançou 2,4% em dezembro ante novembro, na série com ajuste sazonal.

O indicador é obtido pela soma das importações de bens industriais e da produção industrial brasileira, excluídas as exportações. Entre os componentes do consumo

aparente, a produção doméstica excluídas as exportações cresceu 2,1% em dezembro em relação a novembro. As importações de bens industriais aumentaram 2,2%.

O Indicador Ipea de Consumo Aparente acumulou uma alta de 4,2% no ano de 2017. O indicador avançou ainda na comparação interanual, com elevação de 9,7% em dezembro de 2017 ante dezembro de 2016. Na passagem do terceiro trimestre para o quarto trimestre do ano passado, o crescimento foi de 2,9%.

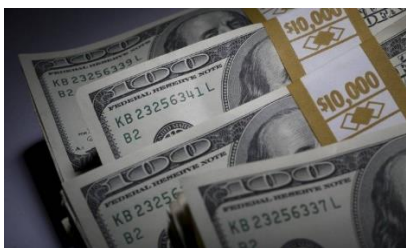
Quanto às classes de produção, a extrativa mineral avançou 3,8% em dezembro ante novembro. A demanda por bens da indústria de transformação avançou 1,4% no período.

Houve crescimento em 17 dos 22 segmentos pesquisados, o que elevou o índice de difusão – que mede a porcentagem dos segmentos da indústria de transformação com aumento em comparação ao período anterior, após ajuste sazonal – de 59% para 77%.

As contribuições mais relevantes foram de outros equipamentos de transporte, com alta de 40,1% em dezembro ante novembro, e veículos automotivos, com expansão de 8,3%.

Empresas brasileiras captam US\$ 8,4 bilhões em janeiro

07/02/2018 – Fonte: GS Notícias



Ingresso de dólares no país influencia cotação - **Scott Eells / Bloomberg**

SÃO PAULO - As empresas brasileiras estão correndo para buscar recursos no exterior antes que a proximidade das eleições amplie as incertezas sobre o país e afaste os investidores. Apenas em janeiro as emissões lá fora somaram US\$ 8,4 bilhões, valor 42% superior ao do mesmo mês de 2017.

As companhias estão se beneficiando da grande oferta de recursos no exterior à procura de retornos mais atraentes, em um cenário de juros ainda baixos lá fora. O risco, segundo analistas ouvidos pelo GLOBO, é que ocorra uma aceleração mais brusca na elevação dos juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) - expectativa reforçada por dados de emprego melhores que o esperado -, o que atrairia recursos hoje aplicados em países emergentes, como o Brasil.

O susto nas Bolsas de Valores mundiais, na segunda-feira, foi um sinal de alerta desse risco, embora tenha sido interpretado como um evento isolado.

- Por enquanto, não deve existir mudança nesse movimento de captações de empresas brasileiras no exterior. Mesmo que os juros subam mais do que o esperado nos EUA, as taxas que as companhias brasileiras estão pagando em dólar (de 5% a 6% ao ano) ainda são muito interessantes.

Mantém-se um cenário de liquidez enorme com baixos retornos - diz o estrategista-chefe da XP Investimentos, Celson Plácido, descartando que companhias que estavam preparando emissões no exterior desistam por causa do susto nas Bolsas.

O risco de mudança nesse cenário existe, observa o analista, se essa volatilidade persistir por um período mais longo, e os investidores perderem a referência de preços e passarem a demandar taxas de juros muito elevadas.

- O investidor não gosta de volatilidade porque ela aumenta o risco da operação - concorda o executivo de um grande banco.

CENÁRIO POLÍTICO SERÁ DECISIVO'

Para Jorge Mariscal, diretor de Investimentos de Mercados Emergentes do UBS, o risco de o Fed elevar os juros rapidamente, a ponto de desencadear uma recessão nos EUA, é muito baixo nos próximos dois anos. Mas, diz, se a velocidade da alta dos juros surpreender o mercado, isso poderia atrasar ou até adiar os planos de algumas empresas.

Para Felipe Wilberg, diretor de Mercado de Dívida do Itaú BBA, além de uma antecipação ao período eleitoral, a perspectiva de melhora da economia brasileira, taxas de juros ainda baixas no mercado externo e a disposição de fundos de investimento de investirem em países emergentes explicam a movimentação das empresas em janeiro:

- Vamos ver um ano mais curto em 2018, com eleições e Copa, e temos uma perspectiva de economia melhor no Brasil, além de taxas ainda convidativas. Tudo isso levou as empresas ao mercado.

Se nada mudar, o movimento de busca por recursos no exterior deve se estender até abril, pelo menos. Depois, tudo dependerá do cenário eleitoral e da definição dos candidatos à Presidência. Se as pesquisas eleitorais apontarem chance de vitória de um candidato antirreformas, a volatilidade nos mercados financeiros vai aumentar, reduzindo a chance para esse tipo de operação.

Segundo Fabrizio Sasdelli e Milton Pinatti Ferreira de Souza, sócios de Mercados Financeiro e de Capitais do escritório Lobo de Rizzo Advogados, muitas empresas estão aproveitando a janela de captações para fazer caixa e ter mais segurança para enfrentar a tempestade eleitoral. Outras vão investir de olho na retomada da economia. Para eles, "o cenário político será decisivo".

Por enquanto, nem mesmo o rebaixamento da nota de crédito do país pela agência Standard & Poor's (S&P), no início de janeiro, afastou o interesse pelos títulos de empresas nacionais.

- A janela de captação do início de ano é sempre mais ativa. Mas o que vemos é uma antecipação. As empresas querem evitar uma maior volatilidade que virá do front político - diz Guilherme Silveira, da área de mercado de capitais do Santander.

Alexei Remizov, responsável pela área de mercado de capitais do HSBC em Nova York, acredita que a volatilidade pode elevar um pouco o custo para as empresas, mas não fechar completamente as portas. Segundo ele, "apenas os parâmetros de preço podem mudar".

Além da incerteza, há uma peculiaridade técnica por trás da intensificação das captações. Os dados contábeis precisam estar atualizados e, até meados de fevereiro, será possível usar os balanços do terceiro trimestre.

Depois, esse mercado dá uma esfriada e retorna por volta de março/abril, período em que o mercado já estará suscetível às eleições. Mesmo assim, a expectativa é que o desempenho no ano fique próximo aos US\$ 31,175 bilhões de 2017.

MAIS RECURSOS E TROCA DE DÍVIDA CARA

Prova do apetite por ativos de maior risco é que até empresas brasileiras que nunca emitiram estão captando. Caso de Natura, Rede D'Or e Hidrovias do Brasil, que se somaram a emissores tradicionais como Petrobras e Vale. A Natura captou US\$ 1,15 bilhão por um prazo de cinco anos.

A meta era de US\$ 750 milhões, mas a demanda atingiu US\$ 3 bilhões, por isso o valor foi elevado. A taxa de retorno ao investidor ficou em 5,37% ao ano. Os recursos, serão utilizados para o pagamento da aquisição da Body Shop.

Já a Hidrovias do Brasil, que atua na área de logística, com presença na América Latina, emitiu bônus no valor de US\$ 600 milhões, com vencimento em sete anos e taxa de 5,95%. A demanda surpreendeu: sete vezes a inicial.

A maior parte das empresas busca recursos externos para melhorar o perfil de dívida, dizem os analistas. Com juros mais baixos aqui e lá fora, as taxas das emissões têm ficado, na média, abaixo dos anos anteriores. Por isso, as companhias recompram os bônus antigos e os substituem por papéis de prazo mais longo e juros mais baixos.

Foi o que fez a JBS, por meio de sua subsidiária JBS USA, que captou US\$ 900 milhões na semana passada, com taxa de 6,75% e vencimento em 2028. Além de necessidades de caixa, o dinheiro foi usado no resgate integral de notas que venciam em 2020, com juros de 8,25%.

O estrategista-chefe do banco Mizuho no Brasil, Luciano Rostagno, cita ainda o fato de o risco-país do Brasil continuar baixo. O credit default swap (CDS, espécie de seguro contra calote) está hoje em torno de 157 pontos centesimais. Logo após o rebaixamento pela S&P, foi a 250 pontos.

Até o Tesouro Nacional aproveitou o clima - e uma semana depois do rebaixamento. A CSN deve definir hoje se prossegue com sua captação, que, segundo fontes, deve movimentar US\$ 1 bilhão. O mercado especula ainda que Braskem e Caixa Econômica Federal podem engrossar o movimento.

Entre líderes, GM foi a montadora que teve o maior aumento na produção em 2017

07/02/2018 – Fonte: DGABC



Das montadoras que produzem veículos no Brasil e que estão entre as líderes do mercado nacional, a norte-americana GM foi a que teve o maior crescimento na produção em 2017, ano em que a indústria automobilística voltou a crescer, depois de três anos de queda. Os números de cada empresa foram divulgados nesta terça-feira, 6, pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Com três fábricas instaladas em território brasileiro, duas no Estado de São Paulo (São Caetano do Sul e São José dos Campos) e uma no Rio Grande do Sul (Gravataí), a GM produziu 474 mil unidades no ano passado, expansão de 41,7% em relação ao volume de 2016. Boa parte do aumento se deve ao sucesso do Onix, carro compacto da marca Chevrolet que é líder de vendas no Brasil. Além disso, o número de veículos exportados

pelas fábricas da GM brasileira cresceu 44,7% em 2017, com o envio de 134,3 mil unidades ao exterior.

Levando em consideração todas as montadoras que produzem no Brasil e não somente as principais, o maior crescimento foi registrado pela japonesa Nissan, que monta seus carros no Estado do Rio de Janeiro (Resende) e no Paraná (São José dos Pinhais). A produção da empresa cresceu 58,3% em 2017, para 69,2 mil unidades. Trata-se do maior volume já produzido em um ano pela montadora no Brasil. A empresa passou a ter uma maior capacidade em 2014, quando inaugurou a unidade de Resende.

Outra que bateu recorde em unidades produzidas no Brasil foi a Toyota, também japonesa. A produção chegou a 197,9 mil unidades, expansão de 11,8% em comparação com o resultado do ano anterior. A Toyota também elevou sua capacidade há alguns anos, quando inaugurou, em 2012, uma segunda fábrica, em Sorocaba, no interior de São Paulo. A primeira, também paulista, fica em Porto Feliz.

Apesar dos avanços das montadoras já citadas, a empresa do setor que lidera o número de unidades produzidas ainda é o grupo FCA, que no Brasil fabrica os carros da Fiat e da Jeep, com uma unidade em Minas Gerais (Betim) e outra em Pernambuco (Goiana). No ano passado, a FCA somou um total de 494,1 mil veículos fabricados, alta de 31,3% em relação a 2016.

Também vale destacar que a Volkswagen, montadora que mais sofreu com a crise econômica, também apresentou crescimento expressivo na produção, de 25,7%, para 408,3 mil unidades. O avanço se deve ao fato de que a empresa foi a que teve o maior aumento nas vendas internas e nas exportações no ano passado. Além disso, a produção da Volkswagen em 2016 foi afetada por uma interrupção no fornecimento de peças, em razão de desentendimentos com uma de suas fornecedoras, a Keiper, do grupo Prevent.

A montadora com a menor variação na produção em 2017 foi a sul-coreana Hyundai, que cresceu quase nada porque já estava operando no limite da sua capacidade. Com uma única fábrica em Piracicaba, a montadora produziu 134,8 mil unidades em 2017, apenas 0,1% a mais que em 2016. Uma outra parte dos veículos vendidos pela Hyundai no Brasil é produzida pelo grupo Caa.

Meirelles diz que mercados já voltaram ao normal, após volatilidade

07/02/2018 – Fonte: DGABC



O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, avaliou nesta terça-feira, 6, que a volatilidade no mercado brasileiro é normal e responde à avaliação do mercado norte-americano de que era necessário um ajuste nos preços dos ativos na Bolsa de Valores dos Estados Unidos. Ele descartou a necessidade de o governo brasileiro tomar medidas no momento.

"Houve muita volatilidade, mas, a princípio, o mercado voltou a se acalmar. É uma volatilidade normal dos mercados americanos e no momento não se configura nos EUA uma crise econômica", avaliou. "A Bolsa de Valores (dos EUA) subiu muito e está fazendo um ajuste e vamos ver aonde é que para", completou.

Para o ministro, o impacto na economia brasileira vai depender da evolução do mercado americano e da evolução da taxa de juros internacional. "Esse é o impacto

mais direto que pode atingir o mundo todo, ou não", explicou. "Não acredito que haja neste momento impactos muito relevantes para a economia brasileira", acrescentou.

Meirelles descartou a necessidade de alguma intervenção do governo para conter a volatilidade dos mercados. "No momento os mercados estão líquidos, o mercado de juros e o mercado de câmbio estão líquidos. Está tudo funcionando normalmente", afirmou.

O ministro evitou comentar se há espaço para o crescimento na bolsa brasileira. "Depende muito da avaliação dos investidores e do mercado internacional. O fato é que a economia brasileira está crescendo. Mas eu não me pronuncio sobre o que vai acontecer com o mercado, seja a bolsa, seja o câmbio, seja juros", acrescentou.

Após reunião com o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, Meirelles disse que o encontro faz parte da agenda semanal com a autoridade monetária para tratar de diversos assuntos e analisar a conjuntura.

O ministro disse ainda que não analisou a proposta do economista Raul Veloso - encampada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) - de criação de fundos previdenciários para os servidores públicos mais antigos, nos moldes dos fundos de pensão das estatais. "Deveremos fechar até amanhã (quarta-feira) um texto final (para a reforma da Previdência) que será muito próximo daquele texto atual", afirmou.

Meirelles não quis rebater os comentários de que o seu partido, o PSD, teria desistido da sua candidatura à Presidência. "Estou 100% focado nos assuntos do Ministério da Fazenda, no crescimento do Brasil e na criação de empregos. Eu não estou preocupado no momento com candidatura", repetiu.

Queda do mercado não deve ter grande impacto no Brasil, diz Meirelles

07/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta terça-feira (6) que, considerando-se o cenário atual, não acredita que a volatilidade dos mercados internacionais, instáveis com a expectativa de elevação dos juros nos EUA, possa ter um grande impacto sobre a economia brasileira.

"É uma volatilidade normal dos mercados americanos, que no momento não se configura como uma crise econômica americana. Agora, há uma volatilidade normal de Bolsa de Valores, subiu muito [a bolsa americana] e está fazendo um ajuste. Vamos ver para onde vai esse ajuste", declarou. Para o ministro, o futuro dependerá da evolução da taxa de juros internacional.

"Esse é o impacto mais direto, que pode atingir o mundo todo ou não, na medida que houve muita volatilidade. Mas o mercado aparentemente voltou a se acalmar". De acordo com ele, a alta das bolsas americanas não é um sinal de que os preços estavam fora do lugar. "Subiu bastante, está fazendo um processo de ajuste. Não quer nem dizer que os preços estivessem fora do lugar. Subiu muito, é um fato estatístico, não quer dizer que subiu para onde não devia", disse.

"O fato é que o mercado considerou que era necessário um ajuste, vamos ver se continua ou não." Meirelles disse acreditar que o impacto não será significativo para o Brasil. "Não acredito que haja dentro do quadro da visão deste momento impactos muito relevantes para a economia brasileira.

Existem índices de alta frequência, a bolsa sobe, desce, normal". Ele descartou a possibilidade de uma intervenção no câmbio. "No momento os mercados estão líquidos, todos, o mercado de juros, o mercado de câmbio está líquido. Está tudo funcionando normalmente". PREVIDÊNCIA O ministro disse ainda que o governo

trabalha para fechar até esta quarta-feira (7) o texto final da reforma da Previdência. "Deveremos fechar até amanhã o texto final, que acredito que será muito próximo à proposta atual", disse.

Sem incentivo, montadoras reveem planos

07/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Indefinição sobre Rota 2030 põe em xeque R\$ 16,7 bi em investimentos



Toyota Yaris será produzido no Brasil a partir do segundo semestre de 2018 -
Divulgação

O crescimento na produção e nas vendas de veículos no Brasil não é suficiente para garantir a manutenção de investimentos no setor. As indefinições sobre o Rota 2030, que trará as novas regras para a indústria automotiva, começam a afetar o cronograma das montadoras e de seus fornecedores de peças.

As injeções de recursos consideraram metas de eficiência estipuladas pelo Inovar-Auto. Com a crise, a maior parte dos recursos veio das matrizes. O setor, em conjunto, anunciou R\$ 16,7 bilhões em investimentos até 2022.

As prioridades eram reduzir o consumo e as emissões de poluentes e gás carbônico. Sem regras para novas exigências --e benefícios fiscais como contrapartida-, as montadoras instaladas no Brasil terão menos justificativas para embasar novos pedidos às matrizes.

"Continuamos acreditando que virá o Rota 2030, mas, se a indefinição persistir por tempo maior, precisaremos passar o recado para o Japão", afirma Ricardo Bastos, diretor de assuntos governamentais da Toyota. Ele estava em Brasília nesta terça-feira (6), em reuniões sobre o programa Rota 2030.

O executivo entende que o atraso de três a quatro meses na apresentação do programa --que deveria ter ocorrido em outubro de 2017-- pode ser absorvido, mas que a definição é fundamental para a manutenção dos investimentos da fabricante japonesa no país. Hoje, R\$ 1,6 bilhão está sendo aplicado nas fábricas de Sorocaba e Porto Feliz, no interior de São Paulo.

Representantes das marcas afirmam que reuniões para ajustes de investimentos globais ocorrem a cada três ou quatro meses. A indefinição no Brasil tende a beneficiar outras filiais com regras mais claras.

DEPENDÊNCIA

Programas de incentivo à indústria são comuns mundo afora, mas o caso do Brasil tem especificidades.

Os benefícios fiscais estipulados pelo Geia (Grupo Executivo da Indústria Automobilística) nos anos 1950 foram mais bem aproveitados pelas multinacionais que já montavam carros estrangeiros no país --e tinham capital para investir. O Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek não privilegiava empresas 100% brasileiras.

De lá para cá, cerca de 80 milhões de veículos foram produzidos, de acordo com a Anfavea (associação que representa as montadoras instaladas no Brasil).

O desenvolvimento do setor foi sempre associado a regras e mudanças fiscais estipuladas em diferentes governos, além de programas de desenvolvimento ou de restrição às importações.

Enquanto as novas regras não entram em vigor, as montadoras reavaliam os investimentos já feitos, além de aguardar por mudanças metas propostas durante negociações do Rota 2030.

'ROTINHA'

Caso o programa se torne menos exigente e vire um "Rotinha", representantes das fábricas acreditam que haverá redução no investimento, o que ajudaria o setor a recuperar a rentabilidade neste período de retomada.

Ou seja: um carro que receberia um motor mais moderno ou itens de segurança (com base nas predefinições do Rota 2030, discutidas há cerca de um ano) poderia ter seu ciclo de vida prorrogado sem mudanças significativas.

Caminhões puxam alta de 24,6% na produção de veículos em janeiro

07/02/2018 – Fonte: Bem Paraná

A produção de veículos cresceu 24,6% em janeiro na comparação com o mesmo mês de 2017. O dado foi divulgado nesta terça-feira (6) pela Anfavea, associação que representa as montadoras instaladas no Brasil. O cálculo inclui carros de passeio, comerciais leves, caminhões e ônibus.

O setor de veículos pesados apresenta os melhores resultados, com alta de 57,2% na produção de caminhões e destaque para os modelos com maior capacidade de carga, que cresceram 74,5%.

A Anfavea esperava o resultado, devido o ciclo de troca de produtos e os bons resultados acumulados no agronegócio.

"O agronegócio ainda vai puxar o setor de veículos de carga ao longo de 2018, mas vemos também recuperação no varejo, que melhora a comercialização de outros tipos de caminhões [menores]", afirma Luiz Carlos Moraes, vice-presidente da Anfavea.

As vendas totais subiram 23,1% em janeiro sobre igual período de 2017. Já o licenciamento de caminhões teve alta de 54,8%.

Ao todo, foram licenciados 175,9 mil veículos leves e 6.076 pesados no mês passado. Com a retomada da produção que ocorreu durante 2017, houve aumento de 1,7% no número de funcionários nas montadoras na comparação entre os meses de janeiro. As fabricantes empregam hoje 128,9 mil trabalhadores.

Petrobras anuncia queda de 1,50% no preço da gasolina e recuo de 0,70% no diesel

07/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Petrobras anunciou nesta quarta-feira, 7, um novo reajuste para os combustíveis, com queda de 1,50% no preço da gasolina nas refinarias e recuo de 0,70% no preço do diesel. Os novos valores valem a partir desta quinta-feira, dia 8.

A nova política de revisão de preços foi divulgada pela petroleira no dia 30 de junho do ano passado. Com o novo modelo, a Petrobras espera acompanhar as condições do mercado e enfrentar a concorrência de importadores.

'Criação de fundos para servidores não substitui reforma'

07/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

A criação de fundos de aposentadoria para os servidores públicos mais antigos não substitui a necessidade de aprovação da reforma da Previdência também para o funcionalismo, na avaliação do autor da proposta, o economista Raul Velloso.

O economista se encontrou na segunda-feira com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e governadores para discutir um modelo de fundo de pensão para os servidores semelhante ao das estatais. Ele rechaça que o governo federal terá de cobrir o rombo da Previdência de Estados e municípios. "A União não precisará entrar com nenhum tostão", diz. A seguir, trechos da entrevista.

Como essa proposta pode ajudar a conter o déficit da Previdência do funcionalismo?

Os servidores mais novos já contribuem para o Funpresp (fundo de previdência complementar dos servidores públicos), então a ideia é criar fundos para os funcionários antigos, tanto para os que já estão aposentados, quanto para quem ainda está trabalhando. Funcionará como os fundos de pensão das empresas estatais, em um modelo análogo à Previ do Banco do Brasil, e a partir daí tenta-se equacionar o passivo atuarial, como já determina a Constituição.

Como vai funcionar a capitalização desses fundos?

Além da contribuição previdenciária que os servidores já fazem, será necessária uma contribuição suplementar, que será igualada pelo poder empregador. Os percentuais serão definidos caso a caso, mas a ideia é que haja um teto, para não virar uma contribuição proibitiva. Por exemplo, um servidor que já contribui com 14% teria de contribuir com mais 5% e o empregador colocaria mais 5%. Vai precisar desse extra para a conta fechar.

Mas somente esse acréscimo de contribuição será suficiente para cobrir as despesas desses fundos?

A ideia é também abastecer esses fundos com os ativos que já estiverem disponíveis, sejam ações de empresas estatais, recursos de venda ou aluguel de imóveis públicos, e inclusive o que puder ser antecipado da Dívida Ativa da União.

Se a conta não fechar, a União ficará responsável pela diferença?

Não. A União não precisará entrar com nenhum tostão. Na pior das hipóteses, a União vai desembolsar o que ela já paga com o pagamento dos benefícios aos aposentados e pensionistas do governo federal. Agora, a fundação também poderá vender ativos para fazer frente a esses gastos.

O modelo poderá ser replicado nos Estados e municípios?

A grande motivação para construir a proposta sempre foi sanear as contas dos governos estaduais. Os governadores são os mais interessados.

Em quanto tempo a mudança começa a fazer efeito?

Se os gestores forem ágeis, a formação dos fundos pode ser concluída em apenas seis meses. A partir daí já começa a aliviar os pagamentos feitos pelos orçamentos da União e dos entes.

A proposta é suficiente para substituir a reforma da Previdência no caso do funcionalismo?

De nenhuma maneira. A proposta é complementar à reformada Previdência. A diferença é que a criação dos fundos já pegará receita nova agora, enquanto a mudança de regras passará por uma transição. E, se a reforma não passar agora, seria ideal ao menos ter os fundos. É melhor isso que nada.

A proposta conta com o apoio do governo?

Levei a proposta há um ano e meio atrás ao presidente Michel Temer e ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, mas eles não quiseram misturar a discussão com a Previdência. Cheguei atrasado. Mas estive duas vezes com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que está muito interessado na proposta. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

TST adia decisão sobre impacto da reforma para contratos antigos

07/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Definição das regras da Reforma Trabalhista pode levar até três meses

O TST (Tribunal Superior do Trabalho) deve levar mais três meses para definir se as regras da reforma trabalhista devem ou não valer apenas para os novos contratos.

A sessão desta terça-feira (6), marcada para definir a revisão de súmulas do tribunal, foi suspensa pelo presidente do TST, ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho.

O adiamento ocorreu porque um dos artigos alterados pela reforma afeta exatamente o processo de revisão e elaboração de súmulas pela corte. Agora, a comissão de jurisprudência do TST vai analisar um processo que questiona a constitucionalidade dessa mudança.

De acordo com a nova lei, a alteração de súmulas deve contar com o voto de pelo menos dois terços dos ministros e possibilitar sustentação oral pelo procurador-geral do trabalho, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, pelo advogado-geral da União e por confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional.

"Tem que chamar a torcida do Flamengo inteira, além da do Vasco", resumiu o presidente do TST.

Grande defensor da reforma trabalhista, Martins disse que não considera esse ponto inconstitucional, mas "inconveniente".

Além disso, uma comissão foi criada para analisar, em 60 dias, se a reforma trabalhista vai valer para processos e contratos antigos. Depois, deve levar cerca de um mês para o assunto ser analisado pelo plenário do TST, segundo estimativa do presidente do tribunal.

Martins reconheceu que será frustrante deixar a presidência do TST sem definição sobre o tema. Em 26 de fevereiro, tomará posse o novo presidente do TST, ministro João Batista Brito Pereira.

"Claro que é frustrante, porque eu gostaria de dar segurança à sociedade, mas sei que faço parte de um colegiado com muitas cabeças."

O presidente do TST disse que a "maior parte" da nova lei, no entendimento dele, se aplica a contratos vigentes. "Eu preferiria pessoalmente já dar uma sinalização pra sociedade, qualquer que fosse."

Em entrevista à Folha, em novembro, Martins disse que é necessário reduzir direitos para garantir empregos.

O procurador-geral do trabalho, Ronaldo Fleury, elogiou a decisão de adiar a revisão das súmulas do TST.

"Achei que foi prudente. Tem que ser feita uma análise com mais cautela, ouvir sindicatos, empresários", afirmou.

Um dos principais críticos à reforma trabalhista, Fleury entende que a nova lei só deve ser aplicada aos contratos firmados após a vigência dela.

'Não acho que artigo 702 da CLT é inconstitucional', diz Ives Gandra

07/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Martins Filho, disse não entender que trecho da reforma trabalhista seja inconstitucional, mas reconhece que alguns ministros entendem que há inconstitucionalidade no artigo 702 da nova Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diante do imbróglio, a avaliação sobre a revisão das súmulas do tribunal foi suspensa nesta terça-feira, 6. “Claro que é frustrante porque, na verdade, eu queria dar segurança à sociedade”, disse.

“Não acho pessoalmente que é inconstitucional, mas há colegas que acham. Eu acho que é inconveniente”, disse o presidente do TST após a sessão no plenário do tribunal. A inconveniência ocorre pelas novas regras para a revisão de súmulas no tribunal, que, necessariamente, tem de seguir novos ritos criados pela reforma trabalhista, como convocação da sessão com 30 dias de antecipação, sustentação oral das partes relacionadas e aprovação por dois terços do plenário.

O presidente do TST fez uma comparação bem humorada da nova regra. “Tem que chamar a torcida do Flamengo inteira, além da do Vasco”, disse, ao citar que a nova lei exige participação de vários interessados. Na sessão suspensa desta terça-feira, alguns dos advogados presentes falariam apenas dois minutos.

Diante da argumentação do ministro Walmir Oliveira da Costa de que o artigo 702 da nova CLT – que prevê novas regras para o funcionamento do próprio TST – fere o artigo 99 da Constituição Federal, que assegura autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário, Ives Gandra suspendeu a avaliação das súmulas e anunciou que a questão sobre a constitucionalidade do tema será avaliada em comissão que já estuda o tema. Além disso, foram criadas duas comissões para avaliar se a reforma vale para todos os contratos e processos ou apenas para os novos.

“Sei que faço parte de um colegiado com muitas cabeças. Às vezes, essa cautela permite decidir com tempo maior e faz com que a gente possa decidir melhor”, disse, ao lembrar que a sociedade “está cobrando há mais de seis meses” uma resposta sobre se a reforma trabalhista vale ou não para os contratos vigentes. “A prudência, muitas vezes, é adiar em um caso desses. Mas eu preferiria já dar alguma sinalização à sociedade. A partir daí, você já tem orientação a todas as instâncias”, disse.

Ives Gandra disse aos jornalistas que os ministros terão 60 dias para apresentar uma instrução normativa em caráter instrutivo sobre se a reforma trabalhista vale para todos os contratos e processos ou apenas para os novos. “É preciso dar orientação se vale para contratos vigentes ou novos? Isso dará segurança muito grande”, disse.

Salário mínimo em janeiro deveria ser de R\$ 3.752,65, aponta Dieese

07/02/2018 – Fonte: Jornal Extra /Globo

Em janeiro desse ano, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 3.752,65, ou 3,93 vezes o mínimo, já reajustado abaixo da inflação, no valor de R\$ 954,00, segundo levantamento do Departamento Intersindical de Economia e Estatística (Dieese). Em 2017, o salário mínimo era de R\$ 937,00 e o piso mínimo necessário correspondeu a R\$ 3.811,29, ou 4,07 vezes o piso nacional.

Para o levantamento, o Dieese leva em conta a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um

trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência.

Curitiba tem a oitava cesta básica mais cara do País, aponta Dieese

07/02/2018 – Fonte: Bem Paraná



Em janeiro, o custo do conjunto de alimentos essenciais aumentou nas 20 capitais em que o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. As altas mais expressivas ocorreram em João Pessoa (11,91%), Brasília (9,67%), Natal (8,85%), Vitória (8,45%), Recife (7,32%) e Curitiba (6,61%). As menores taxas positivas foram anotadas nas cidades de Goiânia (0,42%) e Manaus (2,59%).

Com esse reajuste a cesta básica de Curitiba é a oitava mais cara, com R\$ 399, 72. À frente estão Porto Alegre (R\$ 446,69), Rio de Janeiro (R\$ 443,81) São Paulo (R\$ 439,20, Florianópolis (R\$ 430,52), Vitória (R\$ 417,73), Brasília (R\$ 416,50) e Cuiabá (R\$ 403,35)

Em 12 meses, entre janeiro de 2017 e o mesmo mês de 2018, 14 cidades acumularam diminuição. Merecem destaque as reduções anotadas em Manaus (-9,93%), Belém (-9,70%) e Salvador (-7,16%). As altas foram registradas em seis cidades e as mais expressivas ocorreram em Natal (3,11%) e Recife (2,90%).

Com base na cesta mais cara, que, em janeiro, foi a de Porto Alegre, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário.

Em janeiro de 2018, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a **R\$ 3.752,65**, ou 3,93 vezes o mínimo, já reajustado abaixo da inflação, no valor de R\$ 954,00. Em 2017, o salário mínimo era de R\$ 937,00 e o piso mínimo necessário correspondeu a R\$ 3.811,29 (ou 4,07 vezes o mínimo então em vigor) em janeiro e a R\$ 3.585,05 (ou 3,83 vezes o piso vigente) em dezembro.

Relator entrega novo texto de reforma da Previdência e confirma mudanças

07/02/2018 – Fonte: Reuters

O relator da reforma da Previdência, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), entregou nesta quarta-feira o novo texto da proposta e confirmou as mudanças já esperadas sobre trabalhadores rurais, Benefício de Prestação Continuada (BPC), redução de tempo de contribuição e aposentadoria para cônjuges de policiais mortos em combate.

Segundo Oliveira Maia, o novo texto representa aquilo que é consenso na base do governo para se iniciar a discussão da matéria na Câmara em 19 de fevereiro, dentro do cronograma previsto.

O relator entregou o novo texto da proposta de reforma da Previdência após apresentá-lo na noite passada a líderes da base. Segundo Oliveira Maia, ainda existem vários outros pontos que são objeto de reivindicações de parlamentares e que não estão impedidos de constar no texto.

“Pode haver modificações no plenário”, disse o relator a repórteres após a entrega do texto, acrescentando, no entanto, que a orientação é fazer apenas modificações que impliquem em votos a favor da proposta.

Temer que pautar reforma Previdência com a certeza da vitória

07/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente Michel Temer declarou, em entrevista à Band exibida nesta terça-feira, 6, que a decisão de pautar ou não a reforma da Previdência na Câmara é do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e que o governo espera colocar a proposta em votação somente com a certeza de que irá aprová-la. A intenção é votar a reforma no dia 20, mas o Planalto reconhece que ainda faltam aproximadamente 40 votos para atingir os 308 necessários.

Temer declarou que não adianta pautar o tema sem a certeza de aprovação. “Evidentemente a avaliação política se convém pautar ou não será naturalmente da Câmara dos Deputados, do presidente da Câmara dos Deputados. O governo pretende pautá-la, mas pautá-la também com a certeza de que vai aprová-la”, disse. O presidente declarou que acredita na aprovação da proposta.

Para Temer, fevereiro é a “data especial e providencial” para votar o texto em primeiro turno na Câmara. “O tema da Previdência pode sair da pauta de votação, mas não sai da pauta política”, disse, complementando que, se a reforma for aprovada, o tema não estará na eleição deste ano e facilitará a situação dos candidatos.

Mudanças. Depois de dizer que admite ceder em dois pontos da reforma para conseguir aprová-la (acúmulo de benefícios e regra de transição para servidores que ingressaram no sistema antes de 2003), o presidente afirmou que já se dá por satisfeito se a idade mínima e a equiparação do sistema entre os setores público e privado passar no Congresso.

“A idade e essa história da equiparação do setor público com o setor privado são os dois grandes motes da Previdência. Passando isso, acho que já damos um passo gigantesco.”

Temer admitiu que o governo trabalha para aprovar uma proposta “possível”. “As reformas são sempre aquelas possíveis. Entre o ideal e o possível, às vezes você deve ficar com o possível.”

Líder do governo diz que seria ‘desastre’ tentar reforma sem ter os votos

07/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O líder do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou nesta quarta-feira, 7, que seria um “desastre”, um “atentado ao Estado” e uma “irresponsabilidade” para o País o governo colocar a reforma da Previdência em votação, mesmo sabendo que não tem os 308 votos necessários para aprová-la.

Ele negou que o Palácio do Planalto tenha adotado a estratégia de partir para o “tudo ou nada”, para obrigar os deputados a mostrarem seu posicionamento para sociedade durante a votação antes das eleições. Mais cedo, o relator da reforma, Arthur Maia (PPS-BA), disse que jogar a toalha seria um ato de “covardia”.

“Acho um pouco, diria, de irresponsabilidade com o País você impor, você carimbar uma derrota na reforma da Previdência. Porque, se eu não votar em fevereiro e conseguir votar em março, abril, novembro, dezembro, continuarei com esse tema na agenda e vai chegar o momento em que esse tema será enfrentado”, declarou Ribeiro em entrevista coletiva. “Seria um atentado ao Estado brasileiro colocar uma matéria (em votação), sabendo que não aprovará. Por isso, vamos fazer todo o esforço”, acrescentou o parlamentar.

Para Ribeiro, se o governo sofrer uma derrota na votação da reforma, estará passando para o mundo e para o País a mensagem de que está “ratificando” o desequilíbrio fiscal.

“Isso seria um desastre, inclusive teríamos repercussões imediatas no que se refere a mercado, à classificação de risco, à credibilidade internacional, à insegurança jurídica para o País. Seria uma irresponsabilidade”, declarou. Para ele, se o governo decidisse partir para o “tudo ou nada”, estaria “destoando” da relação de convergência com o parlamento. “Não tratou de que vamos votar de todo jeito”, disse.

O líder do governo disse que, caso o governo não consiga os 308 votos até o final de fevereiro, não vale a pena ficar “represando” a pauta da Câmara, mesmo que seja com uma pauta importante. Isso porque, segundo ele, a Casa tem um calendário curto, em razão das eleições.

Ele lembrou que, em março, Executivo e Legislativo estarão concentrados na reforma ministerial, no prazo para desincompatibilização de cargos públicos de quem vai disputar eleição e na janela para parlamentares trocarem livremente de partidos sem risco de perda de mandato.

Aguinaldo afirmou que, quando o governo perceber que não tem os 308 votos necessários, fará uma avaliação “em conjunto” para decidir conjuntamente sobre o que fará com a reforma.

Nos bastidores, o Palácio do Planalto e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), travam uma disputa para transferir a culpa pela não aprovação da reforma. Enquanto auxiliares do presidente Michel Temer tentam culpar os parlamentares, Maia faz questão de enumerar uma série de erros de estratégia do governo na articulação da reforma.

Oposição anuncia obstrução na votação da reforma e protestos no dia 19

07/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

Partidos de oposição, movimentos sociais e sindicalistas promoveram nesta tarde na Câmara um ato contra a reforma da Previdência. O grupo anunciou que aumentará o tensionamento político “dentro e fora” do Congresso para evitar o avanço da proposta. Para isso, haverá uma mobilização nacional com protestos, ocupações e paralisações no dia 19, data em que o tema deve entrar na pauta do plenário da Câmara.

O bloco de oposição informou que fará obstrução total da pauta da Casa para impedir que o tema seja discutido. A medida também deve se estender à apreciação do projeto de lei da privatização da Eletrobras, ainda em fase inicial de transição na Câmara.

Os opositores disseram que farão pressão nas bases eleitorais dos deputados que votarem com o governo. “Vamos trabalhar para que ele não se reeleja em 2018”, disse o líder do PT, Paulo Pimenta (RS).

O bloco disse contar com o apoio de partidos que não são de esquerda e que são contra a reforma, por isso está seguro de que o governo realmente não tem os 308 votos necessários para aprovar a mudança constitucional. “Tem muitos parlamentares

de centro que estão conosco. E vamos ganhar no individual”, disse a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). Assim como os governistas, a oposição também está fazendo um mapeamento diário dos votos.

Além de sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Força Sindical, representantes de movimentos sociais, como o líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Guilherme Boulos, participaram do ato. “Esse governo não tem autoridade moral e política para aprovar a reforma da Previdência”, disse o dirigente, cotado para ser o candidato do PSOL à Presidência da República.

Para Boulos, o texto proposto pelo governo não enfrenta os verdadeiros privilegiados do sistema previdenciário, como as cúpulas das Forças Armadas e do Judiciário, esta última criticada por ser beneficiária de generosos auxílios agregados ao salário. “Vai ter mobilização em todo o País, vai ter front de luta aqui na Câmara e nas ruas de todo o Brasil para não deixar aprovar esse retrocesso”, afirmou Boulos.

Força Sindical diz que Maia continua defendendo votação da reforma no dia 19

07/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), reafirmou o desejo de levar o projeto da reforma da Previdência a votação no plenário no próximo dia 19. A intenção foi comunicada a sindicalistas em reunião na manhã desta quarta-feira, 7, na residência do deputado. Contrárias à reforma, as principais centrais sindicais fizeram apelo para a retirada do projeto da pauta da Câmara, mas não conseguiram o compromisso de Maia.

“O presidente Maia continua defendendo a votação no dia 19”, disse o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva (SD-SP). O parlamentar comentou que Maia comentou que o projeto só será retirado da pauta caso o governo perceba que não há votos suficientes.

Aos sindicalistas, Maia disse que, se não houver segurança quanto aos 308 votos necessários, o tema volta ao radar da Câmara depois das eleições de outubro.

Ainda que não tenham obtido o compromisso de Rodrigo Maia de retirar o projeto da pauta, sindicalistas deixaram o encontro com tom positivo. Paulinho comentou que é melhor para o Brasil deixar o tema ser debatido pelo próximo presidente. O mesmo tom foi usado pelas outras centrais que reforçaram o apelo pela saída do projeto da pauta da Casa.

Além da Força Sindical, a reunião contou com representantes da CUT, CSB e UGT, entre outras entidades ligadas aos trabalhadores.

Artigo: Reformista

07/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo



O presidente da República, Michel Temer, participa do lançamento do documento nacional de identificação, em Brasília - Pedro Ladeira/Folhapress

A despeito de toda a confusão política armada para impedir a reforma previdenciária, o ano passado terminou melhor do que se esperava. Depois de todos os infortúnios e

de idas e vindas, registramos um crescimento modesto (em torno de 1%), uma taxa de inflação no limite inferior da "meta" e um confortável superávit externo, graças à política econômica do presidente Michel Temer. A melhor surpresa veio da importante recuperação da produção industrial.

Sua taxa acumulada de crescimento nos últimos 12 meses tornou-se positiva depois de setembro e encerrou o ano com um crescimento de 2,5%, contra uma queda de 2014-2016 da ordem de 17%.

Fato significativo é que, na margem, entre dezembro de 2016 e o seu homólogo de 2017, o crescimento foi superior a 4%, atingindo o Nuci (Nível de Utilização da Capacidade Instalada) de 78%. Isso deixa um bom espaço (se houver demanda) para um crescimento cíclico mais robusto neste ano. Outro indicador positivo para o ano passado foi a queda do desemprego de 13,7% no primeiro trimestre para 11,8% no quarto.

Dadas essas condições, não parece exagero esperar um crescimento de 2,5% a 3% neste ano, com uma inflação bem comportada e boa situação externa.

Parece difícil conciliar esses números com a baixa "popularidade" do governo, mas é mais difícil, ainda, negá-los como fazem seus opositores. A situação da economia no mundo neste ano deve ajudar-nos a atingir aqueles objetivos: um crescimento de 3,9%; uma taxa de inflação de 1,9%; e uma elevação moderada da taxa de juros, que deverão gerar um aumento de 4,6 no volume físico do comércio internacional.

A grande frustração de 2017 foi a exagerada judicialização da política, acompanhada pela politização da Justiça, e a incapacidade do governo de convencer a sociedade que a reforma da Previdência é apenas um pequeno passo para reduzir a sua formidável injustiça. Trata-se de importante transferidor de renda dos mais pobres (que votam) para a bem nutrida alta burocracia estatal (que detém o poder sem voto).

Por que o Congresso se recusa a enfrentar o problema? Na minha modesta vivência de 20 anos de Câmara Federal, porque o deputado pensa longe. Todos os partidos que não têm condições de ganhar a eleição votam contra porque "sabem" que o vencedor (que terá de resolvê-lo) não elegerá a maioria e terá de se ajustar às "novas condições"... Quem resiste à tentação de poder "transacionar" duas vezes o mesmo voto?

Fará muito bem o presidente Temer se abandonar a Previdência e usar os 11 meses de governo para promover as reformas que estão ao seu alcance. Se fizer isso, será lembrado como "reformista", como é o seu desejo.

(Antonio Delfim Netto - ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

Líder do DEM sugere que governo retire reforma se não tiver os votos

07/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O atual líder da bancada do DEM, Efraim Filho (PB), defendeu nesta tarde de terça-feira, 6, que se o governo não tiver a garantia dos 308 votos necessários para aprovar a reforma da Previdência no dia 19, que retire o projeto de pauta da Câmara para evitar uma derrota pública.

"Acho que tem que ter um gesto de humildade e pé no chão", disse Efraim. Já o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou nesta terça, em São Paulo, que está mantida a votação da reforma da Previdência, mas no dia 20.

Efraim contou que já fez essa defesa em reunião de líderes governistas. Para o líder do DEM, os deputados voltaram do recesso com uma pressão negativa de suas bases eleitorais. "Se a sociedade não compreende que é o momento de se avançar, a gente tem que dar um passo adiante e ter uma agenda pós-Previdência", pregou.

A bancada do DEM na Câmara se reúne neste momento para escolher seu novo líder. Disputam a função Alberto Fraga (DF) e Rodrigo Garcia (SP).

Temer diz que pretende pautar oito ou dez temas no Congresso após Previdência

07/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

Com a possibilidade de não conseguir aprovar a proposta de reforma da Previdência no Congresso Nacional, o presidente Michel Temer disse que pretende colocar outros oito ou dez assuntos para serem discutidos pelos parlamentares até junho. Em entrevista à Band veiculada nesta terça-feira, 6, o emedebista disse que o governo vai dar andamento a outras pautas mesmo se não conseguir aprovar a reforma previdenciária em fevereiro.

"Independente da questão da reforma da Previdência, há outros temas fundamentais que estão sendo examinados pela nossa assessoria, pelas nossas lideranças, e certa e seguramente serão votados ainda neste semestre", disse.

STF. O presidente disse ainda esperar que o plenário do Supremo Tribunal Federal derrube a decisão do ministro Ricardo Lewandowski, que suspendeu a Medida Provisória que adia em um ano o reajuste dos servidores públicos federais. "Eu espero que o plenário compreenda a situação econômica do País", disse Temer.

Temer foi questionado sobre a quantidade de benefícios, como o auxílio-moradia, que juízes e procuradores recebem no País mesmo tendo altos salários e imóveis próprios.

O emedebista evitou opinar sobre o assunto e disse que espera a decisão do Supremo acerca da proposta. Por outro lado, disse ser favorável a "tudo aquilo que puder economizar".

Artigo: Juro subirá lá fora, e políticos não sabem o tamanho da encrenca

07/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Se caminhamos para taxas maiores nos países ricos, reformas ficam mais urgentes



Operadores no pregão de opções do índice S&P na Bolsa Cboe, em Chicago - Scott Olson/Getty Images/AFP

Tivemos na semana passada a última reunião do Federal Reserve sob o comando de Janet Yellen, quando se decidiu pela manutenção dos juros básicos americanos entre 1,25% e 1,50% anual, sinalizando, porém, que a taxa subirá durante o ano, ainda que deva se manter abaixo do nível que, espera-se, prevalecerá no longo prazo.

Apesar da mensagem tranquilizadora, o mercado de títulos começa a mostrar preocupação: a taxa de juros para dez anos, talvez a mais importante do sistema solar, subiu de algo como 2,5% ao ano para pouco mais de 2,8% anuais do começo de janeiro para cá, o nível mais elevado desde o observado no fim de 2014.

Não se trata, à primeira vista, de um grande movimento e, para falar a verdade, é ainda um nível historicamente baixo (para os mais curiosos, a série desde 1953 pode ser vista aqui, mas já foi suficiente para afetar não só o dólar no Brasil mas as Bolsas em todo o mundo, que sofreram forte queda).

O fato é que os dados mostram a economia americana crescendo na casa de 2% a 2,5% ao ano desde 2010, suficiente para reduzir de modo persistente a taxa de desemprego, que caiu de 10% ao final de 2009 para 4,1% nos últimos quatro meses, nível que parece representar o pleno emprego naquele país.

Apesar de outras medidas (mais amplas) de desemprego sugerirem a possibilidade de alguma folga escondida no mercado de trabalho americano, tal folga, se existir, também não é das maiores. Não por acaso, o salário médio por hora subiu quase 3% em janeiro deste ano, o ritmo mais forte desde junho de 2009. De forma consistente, as projeções no mercado de títulos para a inflação subiram para pouco mais de 2% ao ano no horizonte de dez anos.

É bom deixar claro que não estamos falando de gigantesca aceleração inflacionária; no entanto, na comparação com os últimos anos, período em que salários não pressionaram a inflação, trata-se de uma dinâmica visivelmente distinta.

O receio, portanto, do mercado de renda fixa, que se exprime na forma de juros mais elevados, parece refletir a percepção de que a reação da política monetária terá que ser um tanto mais rápida, e mais vigorosa, do que as três elevações de 0,25% que se imaginavam como o cenário mais provável para 2018.

Esse risco se agrava na presença do estímulo proveniente do corte de impostos aprovado no fim do ano passado, que deve elevar a demanda no curto prazo ainda mais rapidamente.

Até agora vivemos um momento muito particular da economia global: conjugamos crescimento forte e disseminado com liquidez abundante, que estimula a busca por taxas de retorno (e risco) mais elevadas.

O primeiro ajuda o desempenho das nossas exportações, portanto nosso equilíbrio externo; já a segunda tem anestesiado investidores no que se relaciona à paralisia reformista mesmo em face de um sério desequilíbrio fiscal no país.

É bom ter em mente que essa janela não permanecerá aberta indefinidamente. Se, de fato, estamos observando os primeiros movimentos da transição para um mundo mais normal, com taxas de juros mais elevadas nos países ricos, reformas se tornam ainda mais urgentes.

Pelo andar da carruagem, contudo, o mundo político ainda não se deu conta do tamanho da encrenca. Quando perceber, poderá ser tarde demais.

(Alexandre Schwartzman - Ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC, é doutor em economia pela Universidade da Califórnia).

Copom decide se reduz taxa básica de juros ao menor nível da história

07/02/2018 – Fonte: GS Notícias



(foto: Arquivo Bem Paraná)

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decide nesta quarta (7), em Brasília, se deve baixar a taxa básica de juros de 7% para 6,75% ao ano, conforme expectativa do mercado financeiro. A decisão do Copom, na primeira reunião deste ano, será divulgada no começo da noite. Se a expectativa se confirmar, será o 11º corte seguido na taxa básica.

De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa foi mantida em 7,25% ao ano, até então o menor nível da história, e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% ao ano em julho de 2015, patamar mantido nos meses seguintes. Somente em outubro de 2016, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia, chegando a 7% ao ano em dezembro de 2017.

A Taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais de juros da economia.

Ao reajustar a Selic para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Ao reduzir os juros básicos, a tendência do Copom é baratear o crédito e incentivar a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação.

Mercados acionários globais se recuperam de mínimas de 2 meses, mas nervosismo permanece

07/02/2018 – Fonte: Reuters

Os mercados acionários globais se recuperavam das mínimas de dois meses nesta quarta-feira, embora o impulso seja fraco e os futuros dos índices dos Estados Unidos sugeriam que Wall Street pode voltar a apresentar perdas após se recuperar da maior onda de vendas em seis anos.

Os principais índices europeus abriram em território positivo depois de despencarem para mínimas de seis meses na véspera, na esteira das vendas generalizadas provocadas pelo aumento da volatilidade que levou a medida de temor de Wall Street, o índice VIX, a 50, mais de três vezes acima do fechamento de quinta-feira passada.

As quedas provocaram perdas de 4 trilhões de dólares nos mercados acionários mundiais e levaram os investidores a correr para a segurança dos títulos da Alemanha e dos EUA, revertendo brevemente a alta contínua nos rendimentos globais.

Embora as ações norte-americanas tenham se recuperado no pregão passado, o ímpeto mostrava sinais de deslizamentos. Os ganhos das bolsas asiáticas foram devolvidos e os futuros do S&P e do Dow Jones estavam em queda.

Entretanto, às 10:15 (horário de Brasília), o índice de todos os países do MSCI tinha ganhos de cerca de 0,2 por cento após quatro dias no vermelho, impulsionado por altas na Europa, Japão e mercados emergentes.

“As pessoas ainda estão abaladas após a feroz correção, especialmente porque ela veio após um período bastante longo. Está claro que haverá mais volatilidade à frente”, disse o estrategista-chefe do Lombard Odier Investment Managers, Salman Ahmed.

Kaplan, do Fed, diz que volatilidade no mercado pode ser saudável

07/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

Um pouco de correção nos mercados é algo positivo e não tem implicações para as condições financeiras, afirmou hoje o presidente da distrital do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) em Dallas, Robert Kaplan.

“Acho que correções são saudáveis”, disse Kaplan, durante debate na Universidade de Frankfurt, na Alemanha. “Acho saudável que haja alguma correção, um pouco mais de volatilidade nos mercados pode ser algo saudável”, enfatizou.

O comentário de Kaplan veio após o recente período de volatilidade das bolsas de Nova York, que sofreram um tombo histórico na segunda-feira antes de se recuperarem parcialmente ontem.

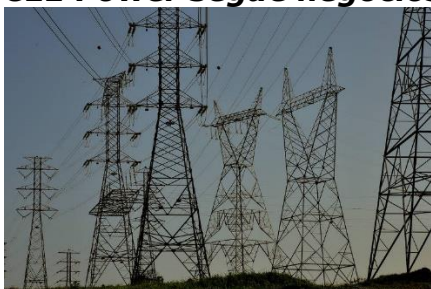
Kaplan, que não tem direito a voto nas reuniões de política monetária do Fed este ano, disse no mesmo evento que é “sábio” que o BC americano reverta suas medidas de estímulo monetário de modo “paciente e gradual”. Ao longo da última semana, ganhou força a especulação de que o Fed poderia acelerar o ritmo de alta dos juros básicos e anunciar até quatro aumentos este ano.

Sobre a reforma tributária dos EUA, que foi aprovada no Congresso americano em dezembro, Kaplan previu que os cortes nos impostos de empresas terão efeito positivo e serão financiados pelo aumento da dívida em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Com informações da Dow Jones Newswires.

Chinesa quer expandir negócios em energia e prevê fábrica no Brasil

07/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

CEE Power segue negócios bilionários fechados nos últimos anos no setor



Torres de transmissão de energia elétrica - Lucas Lacaz Ruiz/Folhapress

O grupo chinês CEE Power quer expandir a atuação no setor elétrico do Brasil, onde arrematou em 2016 uma concessão para construir um lote de linhas de transmissão, e os investimentos previstos devem incluir a implementação de uma fábrica local de equipamentos, disse um executivo da companhia no país.

O interesse do grupo segue-se a negócios bilionários fechados nos últimos anos por empresas chinesas na área de energia do Brasil, como as gigantes State Grid, China Three Gorges, State Power Investment Corp (SPIC) e Shanghai Electric.

"A ideia é viabilizar uma fábrica de equipamentos no Brasil, dos principais equipamentos utilizados em transmissão e geração. E enquanto isso vamos construindo uma carteira de ativos. Estamos constantemente monitorando o mercado", disse o diretor comercial da CEE Power no Brasil, Marcio Coelho, referindo-se a uma possível participação em projetos novos.

Após a estreia em 2016, a companhia e seu braço internacional Real You Group chegaram a participar de leilões no Brasil no final de 2017 que ofereceram concessões para novos projetos de transmissão e para a construção de usinas solares, mas a forte competição nas disputas levou a empresa a recuar.

O leilão de projetos de transmissão teve um deságio médio de mais de 40%, enquanto os certames de geração registraram os menores preços da história do país para a contratação de novas usinas eólicas e solares, em meio a um forte interesse de investidores estrangeiros por ativos de energia no Brasil.

"Apesar de sermos chineses, somos uma empresa privada na China, e somos menores que uma State Grid. Nossos passos são mais cautelosos, os projetos têm que ter retorno financeiro", disse o diretor da CEE Power no Brasil.

Ele afirmou que o grupo irá avaliar os próximos leilões de concessões de transmissão, mas provavelmente arquivará por ora os planos de entrar também no setor de geração no país, devido à queda dos retornos com a intensa disputa.

"Está muito pressionado. Neste momento, vamos focar no projeto que temos em transmissão, um projeto muito bom, que vamos colocar em operação rapidamente, e continuaremos sondando o mercado", disse Coelho.

As linhas de transmissão em construção pelo grupo, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, devem receber mais de R\$ 200 milhões em investimento --e a empresa quer antecipar as operações, previstas para junho de 2020, em pelo menos seis meses.

A expectativa é de novos leilões de projetos de transmissão neste ano, mas ainda não há previsão de datas.

O diretor afirmou que o empreendimento utilizará capital próprio da CEE Power e financiamentos internacionais. A empresa também avalia emitir debêntures de infraestrutura no Brasil para financiar o projeto, mas no momento não há intenção de utilizar recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os planos da CEE Power evidenciam a atratividade dos negócios em energia elétrica no Brasil para os chineses, que têm se movimentado para expandir a atuação no país em busca também de fomentar importações de equipamentos e serviços de empresas orientais.

O presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China, Charles Tang, disse recentemente que o setor de energia deve seguir como um dos principais interesses dos chineses no Brasil, com ainda mais investimentos no radar.

"Há pelo menos mais uma meia dúzia de outras grandes elétricas chinesas avaliando negócios no país neste momento", afirmou.

FÁBRICA

Enquanto avalia novas oportunidades de negócio, a CEE Power quer montar uma fábrica no Brasil para produzir equipamentos de média tensão.

O empreendimento deve receber um investimento de R\$ 20 milhões e ser erguido em Santa Catarina, em parceria com uma empresa local, afirmou o diretor comercial da CEE Power no Brasil.

"O plano inicialmente é montar uma pequena operação, um investimento de R\$ 20 milhões. A gente deve colocar para rodar este ano ainda, em parceria com uma empresa brasileira. Vamos produzir para-raios, chaves fusível, isoladores e religadores", disse.

O grupo oriental ainda quer no futuro fazer um investimento próximo a R\$ 50 milhões, para montar uma unidade maior no país, provavelmente por meio de uma joint venture com outra companhia chinesa, afirmou Coelho, sem detalhar os prazos estimados para o movimento.

Falta d'água deve afetar um terço de pequenos negócios

07/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O racionamento de água deve afetar 31% dos pequenos negócios em todo o País em 2018. É o que aponta pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) obtida pelo Estadão/Broadcast e realizada em todos os Estados brasileiros.

O impacto deve ser maior nos empreendimentos da região Centro Oeste, onde 44% dos empresários acreditam que sofrerão com a falta d'água. Os empresários do Distrito Federal (53%) e de Goiás (55%) são os que têm maior expectativa de sofrer com a falta de água. Nesses locais, a crise hídrica se agravou no ano passado e se estende em 2018.

A pesquisa mostrou que 17% das empresas de micro e pequeno porte sofreram, em 2017, com o impacto da escassez de água. O problema do racionamento tem alterado a rotina dos empresários do país. Em resposta ao problema, quase metade dos entrevistados adotou alguma ação para reduzir o consumo de água ao longo do ano.

As principais medidas tomadas foram a diminuição do consumo, o reaproveitamento de água e a redução da limpeza com mangueira, lavagem e frequência da faxina na empresa. De acordo com a pesquisa do Sebrae, 47% dos empresários ouvidos em todo o país relataram ter adotado medidas para driblar a crise hídrica este ano. Destes, 23% passaram a reduzir o consumo de água no estabelecimento.

Mais da metade das empresas do Centro Oeste (51%) e metade dos pequenos negócios do Sudeste (50%) implantaram alguma ação para evitar as consequências da escassez, entre redução do consumo, reaproveitamento da água e diminuição da frequência de faxina.

Os empresários do DF foram os que mais adotaram alguma medida para reduzir o consumo de água (64%). Quanto menor o porte da empresa, maior a taxa de problemas enfrentados com a falta de água.

Susto nas bolsas é alerta para o Brasil, dizem analistas

07/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O conturbado movimento das bolsas americanas nos últimos dias é um alerta para o Brasil de que o cenário favorável para a implementação de reformas no País tem prazo para acabar.

Na avaliação de analistas ouvidos pelo **Estado**, a situação fiscal precisa melhorar com urgência para reduzir a vulnerabilidade brasileira enquanto a economia mundial vai bem e há dinheiro sobrando lá fora.

“Tem uma janela aberta. É preciso fazer reformas para consolidar o crescimento e ficar menos vulnerável ao ajuste da economia mundial, que virá em algum momento”, disse José Roberto Mendonça de Barros, sócio da consultoria MB Associados e secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso.

Nesta terça-feira, 6, os investidores ainda tentavam entender o que levou as bolsas americanas a despencarem na segunda-feira, arrastando junto bolsas do mundo inteiro. Indicadores de que a economia dos EUA pode sofrer uma pressão inflacionária estavam entre as explicações.

A sequência de valorizações dos preços dos ativos nos últimos meses também. Analistas esperam agora que o mercado passe por um ajuste até encontrar um ponto de equilíbrio.

Em meio às especulações, a bolsa de Nova York reverteu nesta terça-feira parte das perdas do dia anterior e fechou em alta de 2,33%. No Brasil, o Ibovespa também encerrou o dia com ganhos de 2,83%. A volatilidade, porém, deve continuar.

O economista-chefe da Rio Bravo Investimentos, Evandro Buccini, alerta que o apetite do investidor para tomar risco pode diminuir caso o panorama internacional mude, fazendo com que haja uma fuga de recursos do Brasil.

“Hoje, a economia mundial está dando uma chance para o País, sem se importar com a condição fiscal, mas a festa sempre acaba. E, neste momento, quanto menos o Brasil tiver feito de reforma, mais vulnerável estará.”

Para o economista Silvio Campos, da Tendências Consultoria, o cenário internacional favorável dos últimos meses ajuda a “mascarar os problemas” do Brasil e, em uma eventual desaceleração da economia global, o mercado pode perder o “bom humor” com o País.

“O cenário ainda é de crescimento global, ainda temos uma janela favorável. Mas o ciclo de liquidez internacional vai ficando mais apertado”, acrescenta Marcos Mollica, sócio da Rosenberg Investimentos.

Reunião. O panorama internacional também ganhou importância nas discussões da equipe econômica.

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, decidiram se encontrar no início da noite desta terça-feira para “avaliar os mercados nacional e internacional”.

O encontro não estava previsto na agenda deles. Oficialmente, tanto o BC quanto a Fazenda disseram que o encontro fazia parte de uma série de reuniões que ocorrem semanalmente.

Após a reunião, Meirelles descartou a necessidade de o governo brasileiro tomar medidas. “Houve muita volatilidade, mas, a princípio, o mercado voltou a se acalmar.

A Bolsa (dos EUA) subiu muito e está fazendo um ajuste”, disse. “Não acredito que haja, neste momento, impactos relevantes para a economia brasileira”, acrescentou.

Nos últimos meses, Goldfajn e o próprio BC, em seus comunicados, vinham ponderando que a bonança lá fora não duraria para sempre. “O cenário americano

encontra-se benigno, mas não podemos contar com essa situação perpetuamente”, disse Goldfajn na semana passada

Indústria automotiva: Anfavea divulga primeiros resultados de 2018

07/02/2018 – Fonte: Automotive Business

Entidade divulgou dados de vendas, produção e exportação de veículos em janeiro

A Anfavea, entidade que representa as montadoras de veículos instaladas no Brasil, divulgou os resultados de vendas, produção e exportação de veículos em janeiro. Os números mostram a consistência da recuperação da indústria automotiva.

- [Faça aqui o download](#) dos dados de janeiro da Anfavea
- Veja outras estatísticas em [AB Inteligência](#)

Leia as análises completas dos resultados:

- [Produção de veículos tem o melhor janeiro desde 2014](#)
- [Janeiro comprova recuperação das vendas de veículos](#)
- [Exportação de veículos tem o melhor janeiro da história](#)
- [Caminhões começam o ano com vendas e produção em alta](#)

Robôs fazem 50% das operações de mercado nos EUA

07/02/2018 – Fonte: GS Notícias



Painel da Bolsa de Nova York - **Richard Drew / AP**

As Bolsas americanas despencaram tão rapidamente na última segunda-feira que o consenso nesta terça-feira em Wall Street era que aquilo não podia ser coisa de gente. Segundo analistas, apenas "robôs" de investimento poderiam fazer com que o Dow Jones perdesse mais de 820 pontos em intervalo de apenas seis minutos.

Surgida no fim dos anos 1980, a tecnologia que delega a algoritmos decisões de investimento se popularizou nos últimos anos e já responde por metade do volume negociado no mercado americano. Sua autonomia, porém, ainda desperta desconfiança.

Uma das características dos robôs é o fato de poderem movimentar ativos em alta frequência - ou seja, comprar e vender papéis em milissegundos, a milésima parte do segundo - seguindo parâmetros preestabelecidos pelo gestor. Isso permite aos investidores, por exemplo, arbitrar o preço de uma ação negociada em dois mercados distintos. Exemplo: ao "verem" o papel se desvalorizar em Wall Street, os robôs conseguem vendê-la antes que a Bolsa de São Paulo registre a mudança.

A disputa por tempo é tamanha que as companhias que operam em alta frequência pagam fortunas para instalar seus computadores apenas alguns centímetros mais próximos aos servidores da Bolsa de NY. Em "Flash Boys", o escritor Michael Lewis acusou essa tecnologia de roubar investidores comuns ao "enxergar" as cotações antes deles.

O problema é que, se algo der errado, dificilmente alguém conseguirá agir antes de um estrago milionário. Em 2010, robôs fizeram com que o Dow Jones perdesse e recuperasse 600 pontos em pouquíssimos minutos, no chamado flash crash. Em 2012, um "bug" no algoritmo da firma americana Knight Capital fez com que ela perdesse US\$ 440 milhões em apenas 45 minutos.

A decisão de um grupo de robôs pode desencadear a de outro antes que qualquer humano entenda o que está acontecendo. Eles podem executar o chamado stop loss, que vende determinado papel caso ele caia abaixo de uma cotação mínima determinada pelo investidor.

Na segunda-feira, quem aplicava em títulos que apostavam na baixa volatilidade do mercado se viu forçado a levantar dinheiro rapidamente para cobrir suas posições nesses papéis assim que as oscilações de mercado se acentuaram. Os algoritmos podem ter desencadeado a venda de ações para fazer frente àquele revés.

Anfavea vai rever projeção de vendas para máquinas agrícolas

07/02/2018 – Fonte: Automotive Business

Viés é positivo, indica entidade, que espera vendas acima da previsão atual, de 46 mil SUELI REIS, AB

A Anfavea, entidade que reúne as fabricantes de veículos, vai rever sua projeção para o mercado de **máquinas** agrícolas e rodoviárias (construção) com viés de crescimento maior que o atual. No início deste ano, após apresentar o balanço de 2017, a associação divulgou as previsões para todos os segmentos e considerou que o de máquinas e equipamentos deveria terminar 2018 com aumento das vendas em 3,7%, para algo em torno de 46 mil unidades.

- [Faça aqui o download](#) dos dados de janeiro da Anfavea
- Veja outras estatísticas em [AB Inteligência](#)

Apesar do anúncio de revisão dos números para o ano, os dados de janeiro para máquinas agrícolas e rodoviárias não foram positivos: as vendas do segmento ficaram 39% abaixo do verificado em mesmo mês de 2017, para pouco mais de 1,6 mil unidades.

Segundo o executivo, houve uma suspensão temporária das operações de financiamento no BNDES por causa de uma alteração interna de sistema, o que prejudicou o setor. "Trabalhamos com meio mês. Esperamos que possa recuperar nos próximos", lamentou.

Mas o início de ano ruim para o segmento não tirou o otimismo das fabricantes, apoiadas em fatores que vão beneficiar o agronegócio diretamente. Segundo o vice-presidente da Anfavea, Alfredo Miguel Neto, há expectativa de que o novo Plano Safra 2018/2019, que deve ser anunciado em meados de junho, venha com uma nova taxa de juros. Ele disse que há no mercado linhas de financiamento muito atrativas para os produtores rurais, que podem chegar a 8%.

Além disso, algumas culturas, como soja, milho e algodão estão com preços altamente positivos no mercado, o que eleva a produção e rentabilidade do produtor. "Temos tudo para que o setor tenha um ano extremamente positivo. A nova safra e o apoio de crédito sustentam nossa visão otimista para o ano", afirma.

Também há uma expectativa positiva para o segmento de máquinas rodoviárias (ou de construção) com o novo plano de infraestrutura lançado pelo governo (Avançar Parcerias), que elencou 145 empreendimentos em diferentes frentes (aeroportos,

portos, rodovias e ferrovias) que serão entregues para o setor privado. Segundo estimativas do governo, 70 dos 145 projetos já foram leiloados e a expectativa é de que os que já estão em execução pela iniciativa privada devam gerar investimentos na ordem de R\$ 142 bilhões.

PRODUÇÃO E EXPORTAÇÕES

Ao contrário do mercado interno, as exportações de máquinas em janeiro quase dobraram ao crescer 92,5%, para 816 unidades, entre agrícolas e rodoviárias. Já a produção foi bem mais tímida, com aumento do volume em 19,3%, para 2,6 mil unidades, sempre na comparação com idêntico mês do ano passado.

O nível de emprego na indústria de máquinas cresceu 5,9% em janeiro e encerrou o mês com 18,4 mil trabalhadores operando.

Exportação de veículos tem o melhor janeiro da história

07/02/2018 – Fonte: Automotive Business

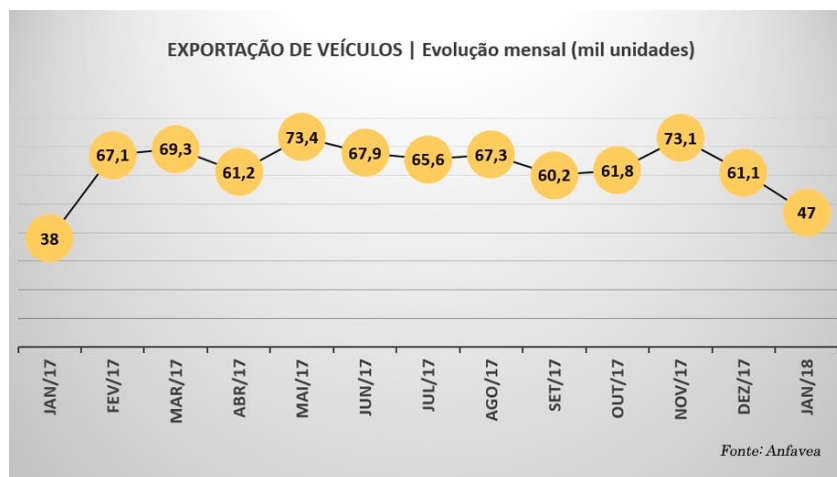
Montadoras instaladas no Brasil venderam 47 mil veículos internacionalmente GIOVANNA RIATO, AB

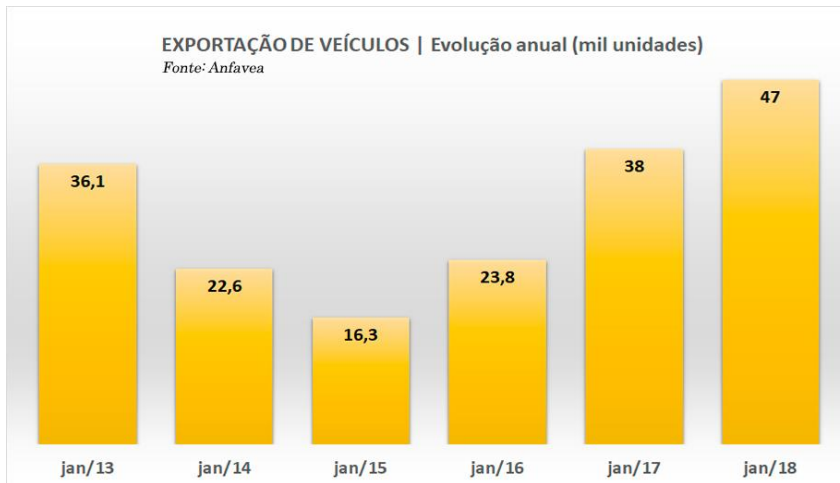
O bom momento para as **exportações de veículos** parece não ter ficado para trás. No mês passado a indústria teve o melhor janeiro da história em vendas a outros mercados, com 47 mil veículos negociados em diversas regiões. O volume é 23,1% inferior ao anotado em dezembro, mas 23,6% maior do que o registrado há um ano.

- [Faça aqui o download](#) dos dados de janeiro da Anfavea
- Veja outras estatísticas em [AB Inteligência](#)

“Tudo caminha para que este ano supere o recorde alcançado em 2017”, aponta Antonio Megale, presidente da Anfavea, entidade dos fabricantes de veículos que divulgou os resultados na terça-feira, 6.

A entidade projeta evolução de 5% até o fim do ano, para 800 mil veículos exportados. Do total vendido internacionalmente, 44,5 mil unidades foram veículos leves, 1,9 mil caminhões e 539 ônibus.





ARGENTINA SEGUE COMO PRINCIPAL MERCADO

A Argentina seguiu como principal mercado dos carros brasileiros, apesar da polêmica provocada pelo governo da região, que quer exigir que as montadoras que excederam os volumes enviados ao país no ano passado, paguem impostos de importação por estes produtos.

A questão é que o acordo automotivo entre Brasil e Argentina tem validade de cinco anos, com cotas definidas para exportação e importação. "O acertado é que apenas no fim destes cinco anos as empresas acertem essa diferença. Isso se ela existir, porque pode ser que o volume excedente de um ano seja compensado no próximo", diz Megale.

O segundo grande mercado dos veículos brasileiros foi o México, seguido do Chile e da Colômbia, com quem o Brasil estabeleceu acordo automotivo que entrou em vigor em dezembro de 2017. "As vendas em geral não estão muito aquecidas lá, mas é um mercado importante para os nossos produtos", observa. O executivo acredita que a prioridade da indústria é melhorar a participação dos modelos nacionais nos países da América Latina. Depois desta etapa, Megale entende que a África e o Oriente Médio são regiões que podem ser desbravadas pelas exportações nacionais.

FATURAMENTO COM EXPORTAÇÕES CHEGOU A US\$ 1,31 BILHÃO

O faturamento das empresas com exportações também segue a tendência de evolução e chegou a US\$ 1,31 bilhão em janeiro, considerando veículos e máquinas agrícolas. O montante é o segundo melhor da história para o mês, com queda de 21,6% na comparação com dezembro, mas evolução de 26% sobre janeiro de 2017.

Janeiro comprova recuperação das vendas de veículos

07/02/2018 – Fonte: Automotive Business

Anfavea sustenta que resultado do mês é bom indicativo de ano melhor

PEDRO KUTNEY, AB

O aumento de 23,1% nas **vendas de veículos em janeiro**, na comparação com o mesmo mês do ano passado, sustentou o ritmo de crescimento do mercado brasileiro que já acontecendo nos últimos meses. Mas a expansão ainda é modesta, tendo em vista que a base de comparação é muito baixa, janeiro de 2017 registrou o pior resultado mensal de emplacamentos desde 2006. As 181,2 mil unidades emplacadas no primeiro mês de 2018 ainda estão bem abaixo da média de 232 mil verificada na soma de todos os janeiros desde 2008.

- [Faça aqui o download](#) dos dados de janeiro da Anfavea
- Veja outras estatísticas em [AB Inteligência](#)

O dirigente da associação dos fabricantes entende que o desempenho das vendas e veículos no início de 2018 faz parte do lento processo de recuperação iniciado no ano passado, que deve prosseguir ao longo deste ano. A Anfavea projeta expansão de 11,7% nos emplacamentos sobre 2017.

Como sempre acontece devido às características sazonais, os emplacamentos de janeiro caíram em relação a dezembro, com retração de 14,7%. "É uma redução natural na comparação com um dos melhores meses do ano", pontua Megale.

Com isso, o número de dias de vendas em estoque cresceu de 31 para 38 dias, somando ao fim do mês passado 228,7 mil veículos estocados nas montadoras e concessionárias à espera de compradores. "O nível ideal de estoques é de 30 dias", lembra o presidente da Anfavea.

Ministro aponta cartel em corporações do setor de combustíveis

07/02/2018 – Fonte: Reuters

As corporações do setor de combustíveis estão agindo em cartel, impedindo que cortes de preços realizados pela Petrobras nas refinarias cheguem aos consumidores finais, disse nesta quarta-feira o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, no Twitter.

"Queremos que a queda de preços da Petrobras chegue aos consumidores. Não podemos assistir de mãos atadas a atuação cartelizada das corporações do setor em prejuízo da população", afirmou ele.

O ministro deu uma entrevista ao site do jornal O Estado de S.Paulo afirmando que entrou com uma consulta no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre as leis disponíveis e as medidas cabíveis para combater a suposta cartelização na distribuição da gasolina.

Procurada, a assessoria de imprensa do órgão antitruste afirmou por email que "até o momento não foi protocolada no Cade nenhuma consulta ou petição acerca do objeto descrito na notícia".

Os preços médios de gasolina, diesel e etanol têm batido recordes nominais (sem considerar a inflação) nos postos brasileiros desde o ano passado, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Na terça-feira, o presidente Michel Temer disse que o governo estuda uma fórmula jurídica para obrigar o repasse de reduções nos preços dos combustíveis às bombas.

Plenário do Cade aprova por maioria acordo entre Votorantim Siderurgia e ArcelorMittal

07/02/2018 – Fonte: R7

O plenário do órgão de defesa da concorrência, Cade, aprovou por maioria nesta quarta-feira a aliança entre as produtoras de aços longos Votorantim Siderurgia e ArcelorMittal Brasil, mediante condições.

A decisão contou com parecer favorável da relatora Polyanna Vilanova e votos contrários dos conselheiros Paulo Resende e Cristiane Alkmin. O placar foi de 4 votos a favor e dois contrários.